



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,49% São Paulo	145.446	R\$ 5,328 (+ 0,11%)	R\$ 1.518	R\$ 6,251	14,90%	14,90%	0,43
0,09% Nova York	26/9 29/9 30/9 1/10	25/setembro 26/setembro 29/setembro 30/setembro	5,364 5,336 5,322 5,323				0,26 0,24 0,26 -0,11

JOGOS ON-LINE

Apostas proibidas para quem tem Bolsa Família

Caberá às Bets impedir beneficiários de apostarem. Para isso, o governo criou plataforma que cruza os dados do usuário

» RAPHAEL PATI

Ministério da Fazenda/Divulgação



A medida atende a uma exigência do STF e do TCU. Regulamentação foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União

Para aumentar o controle sobre o uso dos recursos destinados a programas sociais, a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda publicou, ontem, uma portaria que impede que os beneficiários cadastrados no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Bolsa Família apostem em bets. A medida atende a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e a recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Além da portaria, também foi publicada uma instrução normativa que estabelece os processos que os sites que operam com apostas de quota fixa devem observar para impedir o acesso de beneficiários. De acordo com a norma, as bets devem realizar consultas em um sistema público na abertura de cadastro e no primeiro acesso por login do dia.

Uma base de dados com os beneficiários de ambos os programas foi criada para servir de consulta pelos operadores de apostas. Para verificar se o usuário está inserido na base de dados do BPC e Bolsa Família, as empresas devem consultar periodicamente o Sistema de Gestão de Apostas (Sigap), utilizando o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para identificar os possíveis apostadores.

“Para viabilizar o cumprimento da decisão do Supremo, foi preciso desenvolver uma ferramenta técnica robusta, com cuidado para que a medida garantisse a proteção dos direitos envolvidos. Proteger as pessoas e seus direitos é sempre o objetivo do Governo do Brasil”, destacou o secretário de Prêmios e Apostas do MF, Regis Dudena.

De acordo com as medidas, os beneficiários dos programas



Foi preciso desenvolver uma ferramenta técnica robusta, com cuidado para que a medida garantisse a proteção dos direitos envolvidos”

Regis Dudena, secretário de Prêmios e Apostas

sociais não terão seus benefícios suspensos, sob nenhuma hipótese. Isso indica que a obrigação de não permitir o acesso desse grupo aos sites de apostas é, exclusivamente, das empresas que controlam os jogos. As medidas já entram em vigor hoje e as bets têm até 30 dias para implementar os procedimentos obrigatórios.

Com as medidas já em vigor, especialistas acreditam que elas devem trazer mais segurança jurídica ao tema, apesar de considerarem que há pontos que poderiam ser aprimorados. Na visão de Elimar Mello, advogado especialista em direito previdenciário e

sócio do escritório Badaró Almeida & Advogados Associados acredita que qualquer desvio da finalidade dos benefícios em questão podem comprometer sua função estruturante, de ser um auxílio contra a miséria no país.

“A canalização desses valores para apostas, atividade associada ao risco elevado de superendividamento e impactos psicológicos, revela-se incompatível com a natureza protetiva da política pública. Por essa razão, a vedação ao cadastro e ao uso do sistema de apostas constitui medida eficaz de tutela cautelar do interesse público”, avalia o advogado.

Mello, no entanto, considera que as medidas carecem de mecanismos de auditoria independentes e fiscalização robusta. “A ausência de monitoramento sistemático do cumprimento das obrigações pode tornar o sistema extremamente vulnerável a subnotificações, inércia operacional ou interpretações minimalistas por parte das bets”, acrescenta o especialista, que conclui: “Nesse sentido, trata-se de um modelo normativo que combina rigor procedimental com funcionalidade técnica, mas diante de mitigações evidentes em sua efetividade, pois depende de uma atuação firme e permanente

do Estado como agente regulador e fiscalizador da política pública”.

O advogado e sócio coordenador da prática de Jogos e Apostas do Veirano Advogados, Pedro Simões, também acredita que as medidas poderiam ser aperfeiçoadas. O especialista questiona a proibição apenas para a modalidade lotérica de quota fixa, mantendo a possibilidade desigual de beneficiários dos programas apostarem nas casas lotéricas.

“Outro problema é a crítica de teor paternalista/social que questiona se, dentro do valor recebido a título de repasse de renda, o beneficiário não teria autonomia para dedicar uma parte da sua renda a essa modalidade de entretenimento. Porém, o maior risco, é o direcionamento desse público para operadores ilegais (bets ilegais), que operam na clandestinidade e sem a adoção dos controles obrigatórios”, destaca.

Em nota, o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) destaca que os recursos destinados à subsistência “jamais devem ser utilizados” para a prática de apostas e defende as medidas restritivas contra o uso desse dinheiro no jogo on-line. “Programas sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) têm a função de garantir necessidades básicas, e não podem ser confundidos com recursos para lazer”, pontua.

“Ao mesmo tempo, é fundamental intensificar o combate às plataformas clandestinas, que seguem operando à margem da lei e sem oferecer qualquer mecanismo de proteção ao consumidor. Independentemente de medidas restritivas, no mercado ilegal o jogador estará sempre mais exposto e vulnerável, o que reforça a necessidade de fortalecer a regulamentação e a fiscalização”, acrescenta, o IBJR.

FUNCIONALISMO

Governo descarta novo Concurso Unificado em 2026

» RAFAELA BOMFIM*

Às vésperas da realização das provas da segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), no próximo domingo, a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, alertou que não haverá nova chance em 2026. Em entrevista ao programa *Bom Dia, Ministra*, do CanalGov, ela informou que o ano que vem será destinado à convocação de aprovados e de excedentes de seleções já em andamento.

“Não há previsão de um novo Concurso Público Nacional Unificado. O que está programado para 2026, já incluído no nosso Orçamento, é a convocação de excedentes de diferentes concursos em andamento, incluindo a própria chamada da segunda edição do CNU”, afirmou Dweck.

A primeira chamada dos aprovados no CNU 2025 está marcada

para 20 de fevereiro. De acordo com a ministra, haverá três convocações para confirmar o interesse dos candidatos, e a lista definitiva deve ser publicada em 16 de março.

Além do certame unificado, o governo pretende autorizar a convocação de excedentes da Polícia Federal e de outros concursos federais ainda vigentes. “Nosso objetivo é consolidar esse processo como política permanente, independentemente de quem estiver no comando em 2027”, disse.

Dweck destacou que a execução do concurso passou a ser responsabilidade da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em parceria com o ministério. “Esse processo e o conhecimento de como aplicar a prova estarão com a Enap. Assim, em 2027, haverá condições de realizar uma nova edição, desde que haja autorização para novas vagas”, explicou.

OCNU deste ano oferece 3.652 vagas

Joédson Alves/Agência Brasil



Dweck afirmou que pretende consolidar o CPNU como permanente

em 32 órgãos e entidades, com salários que variam de R\$ 4 mil a R\$ 16,4 mil. No domingo, será aplicada a prova objetiva, às 13h, e a discursiva está prevista para 7 de dezembro.

A logística envolve a participação de 85 mil pessoas, entre fiscais, aplicadores e equipes de segurança. O esquema foi montado em parceria com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, polícias

estaduais e Corpo de Bombeiros. “O mais importante é que a prova chegue com segurança a cada sala, garantindo a idoneidade do processo seletivo”, afirmou a ministra.

Mais de 760 mil candidatos tiveram inscrição confirmada. Os locais de prova estão disponíveis no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela organização. A recomendação é levar

documento oficial com foto, caneta transparente de tinta azul ou preta e o cartão de confirmação de inscrição.

A ministra também lembrou que muitos erros em 2024 ocorreram por falta de atenção às instruções. “É essencial que os candidatos leiam a folha de rosto e preencham corretamente todos os campos do cartão de respostas”, destacou.

Para especialistas, a reta final deve ser dedicada à revisão de tópicos principais. Victor Gammara, coordenador do Direção Concursos, afirmou que a prioridade deve ser a prova objetiva. “A minoria fará a discursiva. Quem for aprovado terá mais de dois meses para se preparar especificamente para essa etapa”, disse.

Ele ressaltou que a adesão ao concurso varia conforme os cargos oferecidos. “Um grande salário ou uma vaga muito disputada aumentam o número de inscritos. Essa dinâmica sempre vai influenciar a procura”, avaliou.

A convocação do cadastro reserva do CNU 2024 deve ocorrer nos próximos dias. “Não há sobreposição de concursos. Seria ilegal abrir um novo certame com vagas idênticas às de outro ainda vigente”, explicou Dweck.

Entre os órgãos que devem chamar candidatos estão o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O advogado e professor André Alencar dos Santos apontou falhas no processo. “Falta transparência. Muitos candidatos poderiam ter se preparado para outras seleções se soubessem que não haveria nova edição em 2026”, afirmou.

Ele também sugeriu ajustes. “É preciso transformar essa iniciativa em política de Estado, com regras claras e previsão em lei. Hoje ainda depende da gestão de governo, o que gera insegurança”, avaliou.

Para Alencar, a atuação da Enap é positiva, mas levanta dúvidas. “É uma instituição reconhecida, mas não é tradicional na aplicação de concursos. Além disso, considero exagerado haver três convocações; duas já seriam suficientes”, completou.

O resultado preliminar da segunda edição do CNU será divulgado em 20 de fevereiro de 2026. Após as confirmações de interesse, a lista final será publicada em 16 de maio.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula